

## Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONSEMAC

Ata da 2ª Reunião - 14/05/2009  
Câmara Setorial Permanente de Gestão de Resíduos - CSP-GR.

**Local:** sala de reuniões do CONSEMAC – sala 1207 do CASS – bloco I.  
**Início:** 10h25  
**Término:** 12h30

**Presentes:** Aspásia Camargo - coordenadora e Rachel Fares (CMRJ); Claudia Froes e Nelson Machado-relator (SMAC/CRS); Maria Josefa (SMAC/CEA); Nassim Boukai (SMAC/CONSEMAC); Elinor Brito, Mauro Wanderley e Paulo Jardim (COMLURB); Cristina Mendonça (CRQ-III); Adacto B. Ottoni (CREA-RJ).

**Ausentes:** SMAS, SMTE, SECOVI-Rio e Fórum Estadual Lixo e Cidadania (ausência justificada).

### Assuntos administrativos

1. O representante suplente da SMAC nesta Câmara, Nelson Machado, Gerente de Planejamento da Coordenadoria de Resíduos Sólidos, foi eleito o relator titular e como relatora suplente a representante titular da SMAC nesta Câmara, Claudia Froes, Coordenadora de Resíduos Sólidos;

2. A Coordenadora da Câmara chamou a atenção para a importância do registro das memórias das ações do passado relacionadas à gestão de resíduos do Município;

3. Nassim Boukai representante do CONSEMAC pediu a palavra para abordar os seguintes itens:

3.1 Informou que, conforme compromisso assumido pelo Secretário Executivo, Altamirando Moraes, na reunião do CONSEMAC de 14/04/2009, foi feita reunião interna em 04/05/2009 com os representantes da SMAC em todas as Câmaras, e do CONSEMAC. Nesta reunião foram reafirmadas a necessidade de maior engajamento dos representantes da SMAC nos trabalhos das Câmaras, e a necessidade da SMAC em dar maior apoio e infraestrutura para o funcionamento das Câmaras.

Fez a leitura do Art.23 do Parágrafo Sexto do Regimento Interno do CONSEMAC: “A Secretaria Municipal de Meio Ambiente terá representações em todas as Câmaras e Comissões de forma a colaborar com as informações e apoio técnico necessários”;

3.2 Leu também o Art.7º da Lei 2.390 que dispõe sobre o CONSEMAC: “As secretarias Municipais e demais órgãos do Poder Executivo, assim como as entidades de administração pública descentralizada, prestarão ao conselho o apoio administrativo, institucional, material e técnico que se fizer necessário”;

3.3 Solicitou à Coordenadora da Câmara o fornecimento da lista de seus membros com os respectivos e-mails, para disponibilização no site do CONSEMAC;

3.4 Por fim, sugeriu a leitura da ata da reunião anterior, para a verificação e deliberação sobre os assuntos pendentes;

4. Foi aprovada a ata da 1ª reunião da CSP-GR, realizada em 08.04.2009;

### Assuntos Tratados

1. A Coordenadora da CSP-GR, Aspásia Camargo salientou que está envidando esforços, junto ao Gabinete do Prefeito Eduardo Paes, no sentido de que seja arquivado o procedimento administrativo, inaugurado pelo ex-prefeito Cesar Maia, o qual incumbiu a Procuradoria Geral do Município de estudar o pedido de declaração de inconstitucionalidade da Lei municipal nº 4.969, de 03.12.08 que **Dispõe sobre objetivos, instrumentos, princípios e diretrizes para a gestão integrada de resíduos sólidos no Município do Rio de Janeiro e dá outras providências.**

2. A Coordenadora da Câmara lembrou que a SMTE ainda não apresentou a indicação de representante, podendo haver necessidade da inclusão de outros órgãos para o melhor desenvolvimento dos trabalhos;

3. O relator desta Câmara chamou atenção para a importância da SMTE e da SMAS nos trabalhos da câmara, destacando a necessidade de melhorar a participação social e o controle social, um dos princípios fundamentais

da Lei Nacional de Saneamento Básico - LNSB, com a concordância do representante titular da COMLURB, Elinor Brito, que lembrou também da possibilidade destas secretarias captarem recursos para o fomento de trabalho, renda, micro-crédito, dentre outras ações voltadas à inclusão social, com maior fortalecimento institucional do Município;

4. O representante da COMLURB, Paulo Jardim, esclareceu a definição do princípio relacionado ao controle social contida na LNSB, Lei Federal 11.445 de 05.01.2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico (diz respeito ao conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e a participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico – inciso IV, do Art.3º);

5. A Coordenadora ressaltou sobre a necessidade de se ampliar o nível de informações gerais no que diz respeito ao sistema de resíduos sólidos da cidade;

6. O representante do CREA-RJ, mencionou que as informações geradas por outras câmaras podem ser aproveitadas pela CSP-GR, e citou a questão dos esgotos sanitários e a sua relação com os resíduos sólidos (onde há esgoto tratado há menos disposição irregular de resíduos);

7. A Coordenadora lembrou que o foco atual dos trabalhos desta câmara é a regulamentação da Lei Municipal 4.969/2008, que institui a política da gestão integrada de resíduos sólidos- PGIRS;

8. Paulo Jardim, representante da COMLURB, destacou os quatro segmentos do saneamento básico contidos na LNSB (abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas), cujo tratamento conjunto proporcionam uma maior sinergia. Mencionou também que o sistema de esgotos no Município é compartilhado: zona-oeste (gestão municipal) e demais zonas (gestão estadual – CEDAE);

9. A Coordenadora reforçou a necessidade de se esclarecer o % de esgotos tratados no Município e da mesma forma o % dos resíduos tratados;

10. O representante do CREA-RJ, lembrou do diagnóstico ambiental da cidade do Rio de Janeiro como instrumento para a identificação de problemas como esgotamento sanitário, disposição de resíduos, etc, como instrumento para a implementação de soluções;

11. A Coordenadora, lembrou a “aliança integrada” água + esgoto: o tratamento de esgotos é subsidiado pelo tratamento de água (subsídio cruzado). Como superar esta dicotomia “município x estado” para melhor integração entre os gestores (água, esgotos e lixo);

12. A representante da SMAC e Coordenadora de Resíduos, Claudia Froes, reforçando à orientação inicial da coordenadora (foco dos trabalhos) observou que no primeiro momento os trabalhos da Câmara deverão se voltar para as questões relacionadas à gestão dos resíduos sólidos. Os assuntos relacionados aos esgotos deverão ser melhor contemplados pela Coordenadoria de Recursos Hídricos da SMAC, criada na atual administração municipal, e que vem coordenando as câmaras técnicas do CONSEMAC relacionadas a bacias drenantes;

13. O representante do CREA-RJ concordou com as considerações e sugeriu que elaborará um texto sobre os problemas e sugestões de soluções sustentáveis na gestão de esgotos sanitários no Município, enfocando especialmente a situação das ocupações irregulares de baixa renda e as suas conseqüências na região urbana, para ser avaliado na CSP-GR e posteriormente encaminhado como sugestão de deliberação no CONSEMAC;

14. A representante da CMRJ, Rachel Fares, ressaltou a necessidade de reforçar junto às secretarias SMTE e SMAS a convocação dos respectivos membros indicados para a CSP-GR. A coordenadora reforçou que os representantes indicados tenham envolvimento com a questão de resíduos;

15. O representante da COMLURB, Elinor Brito, que aproximadamente 30 a 40 da população de rua atuam como catadores predatórios cuja motivação principal pode ser compreendida pelos seguintes aspectos:

1º) rasgam os sacos de lixo para buscar alimentos;

2º) para aproveitar utensílios para uso próprio;

3º) separam recicláveis, dentre outras sucatas para comercializarem e obterem algum recurso financeiro para necessidades pessoais.

Ressaltou a importância da participação da SMAS nos trabalhos da Câmara;

16. A Coordenadora ressaltou a importância de que a Câmara produza pequenos documentos para serem encaminhados (fomentar a gestão integrada de resíduos sólidos);

17. O relator destacou que oportunamente poderão ser convocados à participar dos trabalhos da Câmara, representantes de outras secretarias, como SMO e SMH (utilização dos resíduos da construção civil -RCC em obras do Município);

18. A representante do CRQ-III, Cristina Mendonça, ressaltou a necessidade de abordar mais as causas do que os efeitos no caso da geração de RCC, como através de técnicas de construção sustentável;

19. A Coordenadora propôs à representante do CRQ-III a possibilidade de elaborar documentação relacionada à técnicas de construção sustentável para ser incorporado aos trabalhos da Câmara;

20. Mauro Wanderley, representante da COMLURB, destacou que aproximadamente 60% dos RCC coletados estão relacionados aos serviços de remoção gratuita do Município (pequeno gerador: obras de reformas domiciliares); sendo 20% de grande empreiteiras e 20% restantes de autônomos e entulheiros (caminhões que removem entulho de obras = RCC);

21. Elinor Brito, representante da COMLURB, informou que são quatro os grandes grupos de resíduos especiais que são objeto de coleta diferenciada:

- i) RCC – aproveitamento em obras;
- ii) resíduos de supermercados – produção de composto orgânico;
- iii) eletrodomésticos e resíduos volumosos – criação de unidades de descartáveis;
- iv) pneumáticos inservíveis – dar continuidade à política já existente (pode ser considerada, como já equacionada satisfatoriamente: recolhimento de pneumáticos inservíveis através de uma rede de eco-pneus da COMLURB com a participação de borracheiros e da Michelin, indústria representante da ANIP – Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos, no Estado do RJ;

22. A seguir a Coordenadora de Resíduos Sólidos, Claudia Froes, realizou uma breve exposição, destacando os seguintes aspectos;

- i) a SMAC já vem trabalhando com o tema de resíduos sólidos desde do ano de 2000, tendo na sua estrutura funcional uma gerência de resíduos (3ªGDP) que operou até 2006;
- ii) na atual gestão foi criada a Coordenadoria de Resíduos Sólidos;
- iii) contamos atualmente com amparo da Lei que institui a PIGRS, objeto de trabalho desta Câmara;
- iv) foco atual de trabalho é o atendimento à implantação da coleta seletiva solidária na administração municipal, em atendimento ao Decreto Municipal 30.624, de 22.04.2009, e a implementação da política integrada de resíduos sólidos;
- v) necessidade de trabalhar de forma articulada com todos os órgãos da Administração Municipal e da Administração Estadual;
- vi) na próxima semana, 18/maio, será realizada a 1ª reunião do Comitê de Avaliação da coleta seletiva solidária na Administração Municipal;
- vii) na Semana de Meio Ambiente de 2009 será lançado o conceito da Coleta Seletiva Solidária nos próprios da Administração Municipal;
- viii) conta com os trabalhos da Câmara para a implementação da PIGRS;
- ix) para a Copa de 2014 foram elencadas ações relacionadas à utilização de RCC, asfalto borracha (com a utilização de borracha reciclada de pneumáticos inservíveis, dentre outros itens com produtos reciclados) nas obras e instalações destinadas à realização deste evento;

23. A Coordenadora desta câmara lembrou que a Comunidade Pavão – Pavãozinho, apresenta um déficit de coletores de lixo, fato comum à muitas comunidades do Município;

24. A Coordenadora lembrou também que até setembro/2009, ainda será possível incluir observações e contribuições desta Câmara para a revisão do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, considerando os trabalhos da CMRJ para a sua votação prevista para novembro/2009;

25. Elinor Brito, representante da COMLURB, retomando a sua explanação anterior, assinalou que quanto às ações de ordem urbana para a Cidade, o combate à poluição visual, a sujeira das ruas, contribuem para atração da mendicância, especialmente em áreas com maior atração como, por exemplo, o centro e a zona sul. Nesse sentido uma das ações da COMLURB é a transformação da cadeia de 19 caminhões que recebem material de catadores no centro da C, em micro-empresários a fim de organizar a iniciativa de trabalho existente, mas combatendo as formas de poluição visual, ambiental e social hoje existente. Acrescentou que a idéia inicial é que no 1º ano do Governo Municipal, seja iniciada a coleta seletiva em dois bairros, que servirá de modelo para os demais bairros;

26. Neste sentido a Coordenadora chamou a atenção para o diagnóstico da situação atual dos resíduos da Cidade;

27. O relator, lembrou com base na parceria existente entre os técnicos de várias secretarias, em especial da COMLURB e da SMAC, que desde 2004, vem buscando a melhoria do composto orgânico de resíduos sólidos urbanos – RSU, conhecido como FERTILURB, produzido na Usina do Caju, remanescente das três usinas que já operaram no Município (Cajú, Irajá e Jacarepaguá), para a sua utilização na produção e plantio de mudas florestais do Projeto Mutirão Reflorestamento, que recentemente completou 20 anos em operação na recuperação da cobertura vegetal da Cidade, contribuindo para:

a segurança das encostas das áreas de favela, com a inclusão de moradores dessas encostas nos trabalhos realizados, gerando benefícios ambientais (recuperação de mananciais; recomposição da Mata Atlântica; efeito micro-climático com conforto para a população, redução de recursos públicos para a desobstrução dos sistemas de drenagem pela redução do carreamento de sólidos, que contribuem para a ocorrência de inundações e seus prejuízos associados, etc). Esse esforço vem ocorrendo, mesmo sem contar com apoio institucional necessário, tentando contornar as deficiências de recursos para a recuperação da Usina do Caju. Além disso, há necessidade de investimentos destinados a melhoria das instalações e equipamentos do laboratório da COMLURB, visando a realização das análises para garantir o contínuo monitoramento da sua qualidade, bem como transportes, equipamentos, dentre outras necessidades. Desse modo, tal empenho permitiu que

recentemente o composto fosse utilizado para a instalação do campo de baseball utilizado nos jogos Pan-americanos, ocorrido na cidade em julho de 2007. Cabe lembrar que a utilização crescente do composto da usina, permite a manutenção da cooperativa de catadores da referida Usina (aproximadamente 130 cooperados, oriundos na maioria das quatro comunidades existentes no entorno da Usina, dos quais 85% são mulheres, e chefes de família que mantêm pais idosos, maridos desempregados e filhos na escola). Mais recentemente a sua utilização foi estendida, em caráter experimental, para o uso em ações de agricultura familiar da SMAC e nas ações da FPJ (indicada para a produção de mudas da arborização). Finalmente, como benefícios desta utilização, podemos destacar alguns como: a economia de insumos (fonte de matéria orgânica) e maior independência da utilização de adubos químicos, de esterco, redução do consumo de saibro e de água para irrigação, além de contribuir para a redução da destinação em aterros, emissões evitadas de gases de efeito estufa -GEEs, geração de trabalho e renda, empregos diretos indiretos. O referido produto voltou a ser comercializado pela COMLURB, o que contribui para garantir a sustentabilidade da Usina.

28. A Coordenadora chamou a atenção para a necessidade de registrar através de gravações os relatos da Câmara;

29. A representante da CMRJ, Rachel Fares, lembrou que o representante da COLURB, Paulo Jardim, apresentou contribuições importantes para a aplicação da política de gestão Integrada de resíduos sólidos, e solicitou que ele viesse se possível às próximas reuniões da Câmara para apresentá-las ou mesmo encaminhá-las para os trabalhos;

30. Elinor Brito, representante da COMLURB, adiantou que dentro de aproximadamente três meses, na retomada da gestão compartilhada do Parque Nacional da Tijuca – PNJ, serão instalados 19 eco-pontos contando com o total de 229 coletores destinados a coleta seletiva, e também coletores para resíduos orgânicos, contando com caminhão baú para o transporte. A gestão compartilhada do PNT incluirá os governos federal, estadual e municipal, com a participação da SMAC e da COMLURB. Com base num plano de gestão a ser criado, será estudado um marketing específico para os coletores e envolvendo os visitantes estrangeiros (línguas: português, espanhol e inglês). Este trabalho conta com vários fatores favoráveis, dentre os quais, a vontade política, a disponibilização de recursos e a concordância com os anseios da sociedade. Custo de operação estimado em R\$ 10.000,00/mês;

31. O representante do CREA-RJ sugeriu que sejam incluídas nas discussões futuras da CSP-GR as soluções para a disposição final dos resíduos sólidos do Município, e a aplicação efetiva da Lei Municipal 4.969/2008.

32. A Coordenadora após consulta aos membros presentes indicou a data da próxima reunião da CSP-GR para segunda-feira, 25.05.2009, às 10 horas na sala de reuniões do CONSEMAC.